

# SUMÁRIO



**Prefeitura de Itatiba-SP**

*Professor de Desenvolvimento Infantil – PDI*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	1
Sinônimos e antônimos; sentido próprio e figurado das palavras .....	3
Pontuação .....	6
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem .....	17
Concordância verbal e nominal .....	28
Regência verbal e nominal .....	30
Colocação pronominal .....	33
Crase .....	42
Questões .....	46
Gabarito .....	54

## MATEMÁTICA

Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números racionais nas suas representações fracionária ou decimal .....	1
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum .....	3
Razão e proporção .....	6
Regra de três simples ou composta .....	9
Porcentagem .....	10
Equações do 1º ou do 2º grau .....	12
Sistema de equações do 1º grau .....	17
Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....	20
Relação entre grandezas: tabela ou gráfico .....	25
Tratamento da informação: média aritmética simples .....	29
Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras e de Tales .....	30
Questões .....	45
Gabarito .....	52

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Relação entre educação, escola e sociedade: concepções de educação, criança e escola .....	1
A função social da escola, a educação inclusiva e o compromisso ético e social do educador.....	1
A prática educativa do professor na educação infantil .....	5
Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, o planejamento e a implementação das ações educativas da escola .....	17
A observação, o registro e a avaliação formativa.....	20
A organização e o planejamento do espaço na educação infantil .....	22
A pedagogia de projetos didáticos.....	24
As relações entre a escola e a família.....	25
O comportamento infantil – o desenvolvimento dos afetos e das relações .....	26
O compartilhamento da ação educativa .....	35
O cuidar e o educar .....	42
Os ambientes de aprendizagem na educação infantil: a brincadeira e o desenvolvimento da imaginação e da criatividade; a brincadeira na educação infantil nas perspectivas psicossociais, educacionais e lúdicas .....	44
Letramento .....	55
O currículo e a pedagogia participativa .....	57
O desenvolvimento da linguagem oral .....	66
O desenvolvimento das artes visuais e do movimento .....	72
O trabalho com as múltiplas linguagens .....	76
A formação pessoal e social da criança: a criança, a natureza e a sociedade .....	78
As interações criança/criança, criança/adulto como recurso de desenvolvimento: identidade e autonomia .....	82
O desenvolvimento humano em processo de construção – piaget, vygostky e wallon .	86
O desenvolvimento da motricidade: a importância da psicomotricidade na educação infantil .....	95
Questões .....	100
Gabarito.....	108

## LEGISLAÇÃO

Constituição federal/1988 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das disposições constitucionais transitórias .....	1
Emenda 14/1996 .....	7
Lei federal nº 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente (atualizada): artigos 7º a 24, 53 a 69, 131 a 140 .....	9

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Lei federal nº 9.394/1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (atualizada).....	20
Base nacional comum curricular – a etapa da educação infantil, 2017 .....	52
Resolução cne/ceb 4/2009 – institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.....	107
Currículo do ensino de educação infantil .....	110
Resolução no 01-maio/21 (eja) .....	110
Questões .....	116
Gabarito.....	123

## BIBLIOGRAFIA

Aguiar, márcia ângela da silva et al. Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social. Brasília: ministério da educação, secretaria de educação básica, 2006.....	1
Bacich, lillian; moran, josé (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto alegre: penso, 2017 .....	2
Barbosa, maria carmen silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto alegre: artmed, 2006.....	2
Barbosa, maria carmen silveira. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto alegre: grupo a, 2008 .....	4
Barbosa, maria carmen silveira. Práticas cotidianas na educação infantil – bases para reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: mec, 2009 .....	5
Bassedas, eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto alegre: artmed, 1999.....	6
Craidy, carmen maria; kaercher, gládis. Educação infantil: pra que te quero. Porto alegre: artmed, 2001 .....	7
Derdyk, edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil. 1. Ed. [S.L.]: Panda educação, 2020.....	8
Edwards, carolyn; gandini, lella; forman, george. As cem linguagens da criança. Porto alegre: artmed, 2015 .....	8
Faria, ana lúcia goulart de; demartini, zilma de barros ferreira; prado, paulo sérgio do (org.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: autores associados, 2002.....	9
Ferreiro, emília. Reflexões sobre alfabetização. São paulo: cortez, 2010 .....	10
Finco, daniela; barbosa, maria carmen silveira; faria, ana lúcia goulart de. Campos de experiências na escola da infância. Campinas: edições leitura crítica, 2015 .....	11
Formosinho, júlia oliveira. Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto alegre: artmed, 2007.....	12
Gandini, lella et al. (Org.). O papel do ateliê na educação infantil: a inspiração de reggio emilia. Porto alegre: penso, 2012 .....	13
Gonzalez-mena, janet. O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas. [S.L.]: Penso, 2014.....	14

# SUMÁRIO



Hoffmann, jussara maria. Avaliação e educação infantil sobre a criança. 20. Ed. Porto alegre: mediação, 2015.....	15
Horn, maria da graça souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto alegre: artmed, [s.D.].....	16
Kinney, linda; wharton, pat. Tornando visível a aprendizagem das crianças. Porto alegre: artmed, 2009. = 865.....	16
Kishimoto, tizuko morchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São paulo: cortez, 2009. = 1012.....	17
Kishimoto, tizuko morchida. O brincar e a linguagem. In: faria, ana lúcia goulart de; mello, suely amaral (org.). O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: autores associados, 2005. P. 51–73.....	19
Lemov, doug. Aula nota 10 3.0. Porto alegre: penso, 2022. = 544 / 938.....	20
Mello, suely amaral; barbosa, maria carmen silveira; faria, ana lúcia goulart de (org.). Documentação pedagógica: teoria e prática. São carlos: pedro & joão editores, 2017.	20
Mello, suely amaral; singulani, renata aparecida dezo. A abordagem pikler-lóczy e a perspectiva histórico-cultural: a criança pequenininha como sujeito nas relações. [S.L.]: [S.N.], 2014.....	25
Oliveira, zilma ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São paulo: cortez, 2002. = 664 / 687.....	26
Oliveira, zilma ramos de et al. O trabalho do professor na educação infantil. São paulo: biruta, 2015. = 686 / 195.....	27
Ostetto, luciana (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: papirus, 2008.....	27
Ostetto, luciana esmeralda (org.). Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica. Campinas: papirus, 2017.....	29
Paro, vitor henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São paulo: xamã, 2000.....	31
Pinazza, maria aparecida. Infância e suas linguagens. São paulo: cortez, 2014.....	32
Resende, lúcia maria gouvêa de. A perspectiva multicultural no projeto político-pedagógico. In: veiga, ilma passos alencastro (org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: papirus, 1998.....	33
Silva, lucilene. Brincadeiras: para crianças de todo o mundo. São paulo: unesco, 2007.....	34
Staccioli, gianfranco. Diário do acolhimento na escola da infância. Campinas: autores associados, 2013.....	34
Taille, yves de la et al. Piaget, vygotsky, wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São paulo: summus, 1992.....	35
Teberosky, ana; cardoso, beatriz (org.). Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. Rio de janeiro: vozes, 2000.....	36
Veiga, ilma passos alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: papirus, 2001.....	36

# SUMÁRIO



A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

## O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

## IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

### ▸ Significado Denotativo e Conotativo

▪ **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

▪ **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

### ▸ Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

## IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

### ▸ Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.



A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

**01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP)** Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

**Resolução:**

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação ( II ) na equação ( I ), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

**Resposta: E.**

**02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCF)** Uma revista perdeu  $\frac{1}{5}$  dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



## Conhecimentos Específicos

Quanto à **função social da educação**, cabe destacar o entendimento de que a educação é processo e prática social, constituídos e constituintes das relações sociais mais amplas. Essa concepção de educação, além de ampliar espaços, sinaliza a importância de que ela se dê de forma contínua ao longo da vida. Assim, para se concretizar como direito humano inalienável do cidadão, em consonância com o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sua práxis social deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferenciadas demandas, desde que justificadas<sup>1</sup>.

Como prática social, a educação tem como loci privilegiados, mas não exclusivos, a escola e os espaços comunitários, entendidos como cenário da garantia de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade enquanto parâmetro para o desenvolvimento das atividades.

Como direito social, avulta, de um lado, a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social (aquela que promove a valorização das diferenças, a igualdade de condições e oportunidades, respeitando as especificidades regionais), para todos e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida, na escola, de crianças, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esse direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades.

Como **função social**, há que reconhecer o papel estratégico da escola e da educação na construção de uma nova ética centrada na vida, na solidariedade, sob uma cultura de paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir, efetivamente, grupos historicamente excluídos: povos tradicionais, negros, povos da floresta, indígenas, mulheres etc.

Ao eleger a qualidade como parâmetro de suas diretrizes, metas, ações, conferindo a ela uma dimensão sócio-histórico-política e, portanto, inclusiva, a constituição do referido sistema vai requerer investimento na educação básica e envolverá questões como: financiamento; inclusão social; respeito à diversidade; gestão democrática e formação e valorização dos profissionais da educação, entre outros.

A consolidação de um sistema nacional de educação não pode ser realizada, sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola. Por isso, sua realização, assim como o cumprimento e atendimento das normas constitucionais que orientam essa tarefa, só será possível através do debate público e da articulação entre Estado, escola e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática, direcionada à participação e à construção de uma cultura de paz.

Assim, os esforços prioritários do sistema nacional articulado de educação devem partir das regiões com baixo IDH, para cumprir ou superar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

No cenário educacional brasileiro, marcado pela edição de planos e projetos educacionais, torna-se necessário empreender ações articuladas entre a proposição e a materialização de políticas, bem como ações de planejamento sistemático. Elas precisam se vincular a uma política nacional para a educação básica, com vistas ao seu acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Outro aspecto de extrema importância na mobilização nacional refere-se à construção de uma política nacional de avaliação, entendida como processo contínuo e que contribua para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, das escolas, tanto as públicas, quanto as privadas, e do processo ensino-aprendizagem, resultando em uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Nesse sentido, é necessário que a construção de um sistema nacional de avaliação amplo considere não apenas o desempenho, o fluxo e a evasão escolar do estudante, mas também as variáveis relativas à infraestrutura das redes de ensino. Tal política não pode se reduzir a instrumentos centralizados de avaliação em larga escala, mas deve, sim, estimular e auxiliar estados e municípios a também implantarem sistemas próprios, que levem em conta a avaliação externa e a autoavaliação das escolas, restringindo seu caráter a diagnóstico, visando à superação de dificuldades na formação dos profissionais da educação.

---

1 (Adaptado de) Conferência Nacional da Educação Básica – Documento final; 2008.



### — Educação, Cultura e Desporto

#### – Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### – Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino <b>superior e técnico</b>
Estados e DF	Ensino <b>fundamental e médio</b>
Municípios	Educação <b>infantil e ensino fundamental</b>

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

#### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

#### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;



## Bibliografia

A obra *Conselho Escolar e a Relação entre a Escola e o Desenvolvimento com Igualdade Social*, coordenada por Márcia Ângela da Silva Aguiar e publicada pelo MEC em 2006, constitui uma das mais importantes referências na articulação entre gestão democrática, participação popular e justiça social no contexto da educação pública brasileira. Em um cenário marcado por desigualdades históricas e pela constante luta por uma escola pública de qualidade, os autores defendem que o conselho escolar deve ser compreendido não como instância acessória ou meramente consultiva, mas como espaço de decisão coletiva, de construção de políticas escolares e de efetivação da democracia no cotidiano educacional.

A proposta central da obra é reposicionar o conselho escolar como instrumento político-pedagógico de mediação entre a escola e a sociedade. A educação, entendida como direito social e como condição para o desenvolvimento com equidade, não se realiza apenas nos conteúdos curriculares ou nas metodologias de ensino. Ela exige um ambiente institucional que valorize o diálogo, a corresponsabilidade e a participação dos sujeitos sociais na definição dos rumos da escola. Nesse sentido, o conselho escolar é apresentado como um mecanismo legítimo de controle social da educação, capaz de promover o enfrentamento das desigualdades e de fortalecer a cidadania ativa.

O texto parte do reconhecimento de que a gestão democrática é um princípio legal — inscrito na Constituição Federal de 1988 e na LDB nº 9.394/1996 —, mas que sua efetivação nas escolas públicas ainda encontra inúmeros obstáculos. A centralização das decisões, o autoritarismo institucional, a desvalorização da escuta da comunidade e a ausência de cultura participativa são barreiras concretas que dificultam a atuação autônoma e transformadora dos conselhos. A obra, então, propõe uma reconstrução do papel do conselho escolar, com base em três pilares fundamentais: participação, formação e autonomia.

A participação é tratada como direito e como prática política. O conselho escolar deve ser composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar — direção, professores, funcionários, estudantes, pais, responsáveis e representantes da comunidade local — e deve garantir que essas representações sejam efetivas, com voz ativa, legitimidade e poder de decisão. A escola pública, enquanto espaço republicano, deve se abrir à escuta da diversidade, promovendo a inclusão dos sujeitos historicamente silenciados ou excluídos dos processos decisórios. Participar do conselho não é apenas “opinar”, mas deliberar sobre aspectos centrais da vida escolar: o projeto pedagógico, o uso dos recursos, as prioridades institucionais e as estratégias de enfrentamento das desigualdades.

A formação aparece como condição para a participação qualificada. A obra alerta para o risco da participação simbólica — aquela em que os sujeitos estão presentes formalmente, mas sem condições reais de compreender, discutir ou intervir nas decisões. Por isso, é imprescindível investir em processos permanentes de formação para os conselheiros, abordando temas como legislação educacional, direitos sociais, orçamento público, gestão escolar e pedagogia crítica. A formação política e técnica dos membros do conselho escolar é, segundo os autores, estratégia fundamental para que o conselho atue de forma emancipadora, crítica e propositiva.

Já a autonomia é discutida como elemento central da gestão democrática e da própria função do conselho. O conselho não pode ser subordinado à direção escolar ou aos interesses imediatistas da administração. Ele deve atuar com independência, sem se dissociar da comunidade escolar, e com clareza de sua função social. Isso significa que o conselho escolar precisa ser reconhecido como instância legítima de poder dentro da escola — não no sentido de rivalizar com a gestão, mas de garantir a transparência, a pluralidade e a legitimidade das decisões. A autonomia do conselho também se relaciona ao papel da escola como espaço de formulação de políticas públicas locais, em diálogo com os sistemas de ensino, mas com protagonismo comunitário.

Um dos grandes méritos da obra é vincular o funcionamento do conselho escolar à luta por igualdade social. Os autores destacam que a democratização da gestão escolar não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir que a escola cumpra sua função de formar sujeitos críticos e de combater as desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e de gênero que atravessam o sistema educacional. A atuação do conselho deve ser orientada por uma perspectiva ética e política que reconheça as assimetrias presentes na sociedade e que